



ACORDO DE COOPERAÇÃO ACADÊMICO INTERNACIONAL

ACORDO DE COOPERAÇÃO que celebram a UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (BRASIL) e a UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN FÍSICA (URUGUAI), visando à cooperação acadêmica para fins de intercâmbio de estudantes, docentes/pesquisadores e membros da equipe técnico-administrativa.

Pelo presente acordo, de um lado a UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF), Brasil, representada por sua reitora Dra. Girlene Alves da Silva, situada na Rua José Lourenço Kelmer, s/n, São Pedro, 36036-900, Juiz de Fora/MG, Brasil e, de outro lado, a UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN FÍSICA (Udelar - ISEF), neste ato representada por seu Presidente do Serviço de Relações Internacionais, Prof. Gonzalo Vicci, com sede na Rua Av. 18 de Julio 1824, Montevideu, têm entre si justo e acertado o que segue, de acordo com as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente acordo tem por objeto a cooperação acadêmica em todas as áreas do conhecimento, a fim de promover o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação (com reconhecimento mútuo de estudos de graduação) e membros da equipe técnico-administrativa das



CONVENIO DE COOPERACIÓN ACADÉMICA INTERNACIONAL

CONVENIO DE COOPERACIÓN entre la UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (BRASIL) y la UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN FÍSICA (URUGUAY), para el desarrollo de la cooperación académica con la finalidad de promover el intercambio de estudiantes, docentes/investigadores y miembros del equipo técnico y administrativo.

A través de este convenio, la UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF), Brasil, representada por su Rectora Dra. Girlene Alves da Silva, con domicilio en la calle José Lourenço Kelmer, s/n, São Pedro, 36036-900, Juiz de Fora/MG, Brasil y la UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA – INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCACIÓN FÍSICA (Udelar - ISEF), representada por el Presidente del Servicio de Relaciones Internacionales, Prof. Gonzalo Vicci, constituyendo domicilio en la Av. 18 de Julio 1824, Montevideo, acuerdan entre las dos instituciones lo que sigue, conforme las cláusulas y condiciones abajo:

CLÁUSULA PRIMERA – OBJETO

El propósito de este convenio es la cooperación académica en el ámbito de todas las áreas del conocimiento, para que sea desarrollado el intercambio de docentes/investigadores, estudiantes de postgrado, estudiantes de grado (con reconocimiento mutuo de los estudios de grado) y miembros del equipo técnico y

respectivas instituições.

administrativo de las respectivas instituciones.

CLÁUSULA SEGUNDA - METAS E FORMA DA COOPERAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – METAS Y FORMA DE COOPERACIÓN

As metas e formas de cooperação entre as instituições são definidas como se segue:

Las metas y formas de cooperación entre las instituciones son definidas como se sigue:

2.1. Docentes/pesquisadores:

2.1. Docentes/investigadores:

2.1.1. Os docentes/pesquisadores visitantes participarão de conferências, ensino e/ou pesquisa, sendo que a duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico (dois semestres).

2.1.1. Los docentes/investigadores visitantes participarán de conferencias, enseñanza e investigación, y la duración de la estancia no deberá ser superior a un año académico (dos semestres).

2.1.2. O seguro médico, de acidentes e de repatriamento de restos mortais é obrigatório e deve ser contratado pelo professor/pesquisador do país de origem.

2.1.2. El seguro médico, accidentes y repatriación de restos es obligatorio y habrá de ser obtenido por el docente/investigador en el país de origen.

2.1.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.1.3. Los salarios serán abonados por la institución de origen.

2.2. Estudantes de Graduação e de Pós-Graduação:

2.2. Estudiantes de grado y postgrado:

2.2.1. Os estudantes serão indicados por sua instituição de origem com base na excelência acadêmica, sendo que a aceitação ficará a cargo da instituição anfitriã.

2.2.1. Los estudiantes serán indicados por su institución de origen, basado en calificación académica; la aceptación será responsabilidad de la institución anfitriona.

2.2.2. Os estudantes aceitos pela instituição anfitriã serão considerados alunos de programa de intercâmbio e estarão sujeitos a todas as normas da instituição anfitriã, devendo observar as mesmas condições dos estudantes regulares.

2.2.2. Los estudiantes aceptados por la institución anfitriona serán considerados alumnos de intercambio y estarán sujetos a todas las reglas de la institución anfitriona, observando las mismas condiciones de los estudiantes regulares.

2.2.3. Os estudantes participantes de programa de intercâmbio deverão ser estimulados a desenvolver o conhecimento do idioma do país da instituição anfitriã, compatível com a atividade a ser por eles desenvolvida.

2.2.3. Estudiantes participantes del programa de intercambio deben ser estimulados a desarrollar el conocimiento del idioma del país de la institución anfitriona, compatible con la actividad que habrá de ser por ellos desarrollada.

2.2.4. Cada estudante deverá seguir um

2.2.4. Cada estudiante habrá de seguir a un

programa desenvolvido conjuntamente entre as duas instituições.

programa desarrollado en conjunto entre las dos instituciones.

2.2.5. A duração da estada não deverá exceder um ano acadêmico, salvo no caso de programas de duplo diploma.

2.2.5. La duración de la estancia no podrá superar un año académico, excepto en el caso de programas de doble titulación.

2.2.6. Os programas de duplo diploma de graduação, bem como as coorientações de teses, deverão ser objeto de documento específico, a ser firmado entre as partes interessadas conforme os requisitos e procedimentos correspondentes. No caso da UdelaR - ISEF será suficiente a assinatura do seu Diretor, prévia aprovação da autoridade máxima da referida casa de estudos.

2.2.6. Programas de doble titulación de grado, y también las orientaciones de tesis serán objeto de un documento específico, que habrá de ser firmado por las partes interesadas, conforme con los requisitos y procedimientos que correspondan. En el caso de la UdelaR - ISEF, bastará con la firma de su Director, previa aprobación por la máxima autoridad de dicha casa de estudios.

2.2.7. As instituições determinarão, de comum acordo, o número de estudantes para intercâmbio.

2.2.7. Las instituciones determinarán, de común acuerdo, el número de estudiantes para el intercambio.

2.2.8. O seguro médico, de acidentes e de repatriamento de restos mortais é obrigatório e deverá ser providenciado pelo aluno no país de origem, antes de sua chegada à instituição anfitriã.

2.2.8. El seguro médico, accidentes y repatriación de restos es obligatorio y habrá de ser obtenido por los alumnos en el país de origen, antes de su llegada a la institución anfitriona.

2.3. Membros da equipe técnico-administrativa:

2.3. Miembros del equipo técnico y administrativo:

2.3.1. Com o intuito de estimular a troca de experiências e conhecimentos administrativos em áreas de interesse comum, as instituições poderão indicar membro(s) de suas equipes técnico-administrativas para participar do intercâmbio.

2.3.1. Con la finalidad de estimular el cambio de experiencias y conocimientos administrativos en ámbitos de interés común, las instituciones podrán indicar miembros de sus equipos técnicos y administrativos para participar del intercambio.

2.3.2. O seguro médico, de acidentes e de repatriação de restos mortais é obrigatório e deverá ser providenciado pelo interessado no país de origem.

2.3.2. El seguro médico, accidentes y repatriación de restos es obligatorio y habrá de ser obtenido por el interesado en el país de origen.

2.3.3. Os salários serão pagos pela instituição de origem.

2.3.3. Los salarios serán abonados por la institución de origen.

2.3.4. As atividades desenvolvidas durante o período do intercâmbio deverão ser condizentes com a atuação profissional na

2.3.4. Las actividades desarrolladas durante el período del intercambio serán coincidentes con la actuación profesional en

instituição de origem, devendo gerar um relatório a ser entregue às instituições anfitriã e de origem.

CLÁUSULA TERCEIRA – SUPORTE FINANCEIRO

3.1. Os docentes envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição anfitriã, caso essas existam. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.

3.2. Os estudantes envolvidos no intercâmbio estarão isentos de pagar à instituição anfitriã quaisquer taxas de matrícula ou outras taxas acadêmicas regulares que sejam normalmente aplicáveis a todos os estudantes. Os estudantes pagarão, contudo, as taxas que forem exigidas por sua instituição de origem para a participação no programa, assim como todas as taxas especiais que lhe sejam aplicáveis na instituição anfitriã. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) poderão ser financiadas pelas instituições signatárias, por órgãos externos de fomento ou ficarão a cargo do próprio estudante. A existência do acordo não implica compromisso de suporte financeiro por conta das instituições.

3.3. Os membros da equipe técnico-administrativa envolvidos no intercâmbio não pagarão taxas na instituição anfitriã, caso essas existam. As demais despesas (viagem, hospedagem, etc.) correrão por conta do interessado, que poderá procurar financiamento junto a órgãos externos.

CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DOS CONVENIENTES

4.1. As instituições procurarão alcançar reciprocidade nas atividades contempladas

la institución de origen, y deben generar un informe que será entregado a las dos instituciones: la anfitriona y la del origen.

CLÁUSULA TERCERA – APOYO FINANCIERO

3.1. Los docentes involucrados en el intercambio no pagarán las tasas de la institución anfitriona, si las mismas existieren. Todos los gastos (viaje, hospedaje, etc.) estarán a cargo del interesado, pudiendo recurrir a organismos externos por financiamiento.

3.2. Los estudiantes involucrados en el intercambio no necesitarán de pagar a la institución anfitriona cualquier tasa o impuesto, sea de matriculación o demás tasas académicas regulares que sean normalmente aplicables a todos los estudiantes. Los estudiantes pagarán, todavía, las tasas que son exigidas por la institución de origen para la participación en el programa, y también todas las tasas especiales que sean aplicables en la institución anfitriona. Los demás gastos (viaje, hospedaje, etc.), podrán ser financiados por las instituciones signatarias (sujeto a que tengan disponibilidad presupuestal a tales efectos), por organismos externos o estarán a cargo del propio estudiante. La existencia del convenio no implica compromiso de apoyo financiero de las instituciones.

3.3. Los miembros del equipo técnico y administrativo involucrados en el intercambio no pagarán tasas en la institución anfitriona, si las mismas existieren. Todos los gastos (viaje, hospedaje, etc.) estarán a cargo del interesado, pudiendo recurrir a organismos externos por financiamiento.

CLÁUSULA CUARTA – OBLIGACIONES DE LOS CONTRATANTES

4.1. Las dos instituciones buscarán alcanzar reciprocidad en las actividades

por este acordo.

4.2. Ao final da estada do estudante, a instituição anfitriã enviará ao órgão apropriado da instituição de origem documento oficial, especificando as atividades desenvolvidas e a avaliação recebida, quando for o caso.

4.3. A instituição de origem reconhecerá os resultados acadêmicos obtidos pelo estudante na instituição anfitriã, com base em programa de trabalho previamente acordado entre as duas instituições e em seus créditos e/ou carga horária.

4.4. As duas instituições se comprometem a promover a integração dos estudantes na vida acadêmica da instituição anfitriã.

4.5. A instituição anfitriã deverá prover condições de pesquisa e local apropriados para o trabalho do docente/pesquisador visitante, na medida de suas possibilidades.

4.6. A instituição anfitriã deverá oferecer condições de trabalho para o desenvolvimento das atividades dos membros da equipe técnico-administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – COORDENAÇÃO DO ACORDO

5.1. Para constituir a coordenação técnica e administrativa do presente acordo, cada parte designará um Coordenador Local que a represente e ainda um suplente respectivo.

5.2. Caberá às referidas Coordenadoras Locais de Acordo a busca de soluções e o gerenciamento de questões acadêmicas e administrativas que surgirem durante a vigência do presente acordo, bem como a supervisão das atividades.

contempladas por este convenio.

4.2. Al fin de la estancia del estudiante, la institución anfitriona enviará al organismo adecuado de la institución de origen documento oficial, que contiene las actividades desarrolladas y la evaluación recibida, cuando es el caso.

4.3. La institución de origen reconocerá los resultados académicos obtenidos por el estudiante en la institución anfitriona, basado en el programa de trabajo previamente acordado entre las dos instituciones, y aún en sus créditos o carga horaria.

4.4. Las dos instituciones se comprometen a promover la integración de los estudiantes en la vida académica de la institución anfitriona.

4.5. La institución anfitriona deberá proveer condiciones de investigación y local adecuados para el trabajo del docente/investigador visitante, en la medida de sus posibilidades.

4.6. La institución anfitriona debe ofrecer condiciones de trabajo para el desarrollo de las actividades de los miembros del equipo técnico y administrativo.

CLÁUSULA QUINTA – COORDINACIÓN DEL CONVENIO

5.1. Para constituir la coordinación técnica y administrativa del presente convenio, cada parte designará un Coordinador Local que la represente, más la designación del suplente respectivo.

5.2. Es responsabilidad de los referidos Coordinadores Locales de Convenio la busca por soluciones y también la gestión de cuestiones académicas y administrativas que surjan durante la vigencia del presente convenio, así como también la supervisión de las actividades.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

O presente acordo vigorará pelo prazo de dez anos, a partir da data em que for assinado pelos representantes de ambas as instituições. Quaisquer mudanças nos termos deste acordo deverão ser efetuadas através de Termo Aditivo devidamente acordado entre as partes signatárias. No caso da UdelaR - FHCE, bastará a assinatura de seu Decano e previa aprovação pelo conselho de referida Faculdade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DENÚNCIA

O presente acordo poderá ser denunciado a qualquer momento, por qualquer das partes, mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias. Caso haja pendências, as partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Acordo, as responsabilidades pela conclusão de cada um dos trabalhos e todas as demais pendências, respeitadas as atividades em curso.

CLÁUSULA OITAVA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partes enviares esforços na busca de uma solução consensual.

Não sendo possível, as partes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física instruída em arbitragem internacional, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos os países envolvidos.

E por estarem assim justas e convencionadas, as partes assinam o presente termo em três vias bilíngues, em espanhol e em português, de igual teor e para um só efeito.

CLÁUSULA SEXTA – VIGENCIA

El presente convenio tendrá la vigencia de diez años, a partir de la fecha de su firma por los representantes de las dos instituciones. Cualquier cambio en los términos de este convenio deberán ser efectuados a través de Anexo, debidamente acordado entre ambas partes. En el caso de la UdelaR - FHCE, bastará con la firma de su Decano, previa aprobación por el Consejo de dicha Facultad.

CLÁUSULA SÉPTIMA - DENUNCIA

Este convenio podrá ser denunciado a cualquier momento, por cualquiera de las partes, por comunicación expresa, con al menos 180 (ciento ochenta) días. En el caso de haber pendientes, las partes definirán, mediante Término de Finalización del Convenio, las responsabilidades por la conclusión de cada uno de los trabajos y de todos los demás pendientes, respetadas las actividades en curso.

CLAUSULA OCTAVA – RESOLUCIÓN DE CONTROVERSIAS

Para resolver las dudas que pueden surgir en la ejecución y interpretación del presente convenio, las partes reunirán esfuerzos en la busca de una solución consensual.

No siendo posible, las partes indicarán, de común acuerdo, un tercer, persona física instruida en arbitraje internacional, para actuar como mediador y resolver las controversias basándose en la legislación de ambos los países.

Y por estar así justas y acordadas, las partes firman el presente término en tres vias bilingües, en español y en portugués, de igual contenido e para solamente un efecto.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE
FORA

GIRLENE ALVES DA
SILVA:28665074368

Assinado de forma digital por GIRLENE
ALVES DA SILVA:28665074368
Dados: 2024.06.06 13:12:40 -03'00'

Dra. Girlene Alves da Silva
Reitora / Rectora

g vb

Documento assinado digitalmente

ALEXANDRE JOSE PINTO CADILHE DE ASSIS JAC
Data: 19/06/2024 19:00:11-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Alexandre Cadilhe
Diretor de Relações Internacionais /
Decano de Relaciones Internacionales

UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA

GONZALO
VICCI GIANOTTI

Firmado digitalmente por
GONZALO VICCI GIANOTTI
Fecha: 2024.07.18
14:36:12 -03'00'

Gonzalo Vicci
Presidente del Servicio de Relaciones
Internacionales